

Adufrj

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN • Ano XII nº 833 • 10 de fevereiro de 2014 • Central Sindical e Popular - Conlutas

BATEPRONTO

Delegado Zaccane quer drogas fora do campo criminal

Página 4



Delegado Orlando Zaccane

Docentes fazem reunião nacional em S. Luís (MA)

Páginas 2 e 3



Repressão. Na Central do Brasil, manifestante enfrenta a violência policial

E 2014 só está começando...

Pela terceira vez nas últimas semanas, manifestantes ocuparam a Central do Brasil em protesto contra o aumento da passagem de ônibus que, a partir deste sábado 8, passa a valer R\$ 3. O prefeito Eduardo Paes desconheceu relatório técnico do Tribunal de Contas do Município que sugeriu redução da tarifa em R\$ 0,25. As manifestações anteriores aqui no Rio aconteceram nos dias 16, 18 e 20 de janeiro. Protestos nas ruas têm ocorrido em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Estima-se que ao menos 16 cidades, sendo 5 capitais, receberam manifestação até quinta-feira 6. A última, no Rio, foi marcada pela violência policial.

Um trilhão de reais para o superávit

Numa atividade política da campanha salarial dos servidores públicos federais, em Brasília, Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, revelou que R\$ 1 trilhão do orçamento de 2014 será destinado à dívida pública. Com isto, se não houver pressão, o funcionalismo poderá sofrer perda salarial histórica, com a redução dos recursos do Estado para os serviços públicos.

Página 5

O poder do mercado

Em entrevista ao **Jornal da Adufrj**, a economista Denise Gentil, do Instituto de Economia/UFRJ, disse que o governo, em vez de agradar ao mercado, deveria investir em políticas sociais e em setores estratégicos, como infraestrutura.

Página 8



Denise. O governo não deveria se submeter ao mercado

33º CONGRESSO DO ANDES-SN

Encontro debaterá a sintonia

A inserção das lutas dos docentes na conjuntura de manifestações da reunião em São Luís (MA). O Congresso mobilizará represen-

Evento também recebe inscrição de chapas à direção do Sindicato

Silvana Sá
silvana@adufrj.org.br

O 33º Congresso do Andes-SN ocorre a partir desta segunda-feira, dia 10, e segue até o dia 15 de fevereiro. A instância deliberativa, a mais importante do Sindicato Nacional, além de atualizar o plano de lutas, será também eleitoral. De lá sairão as candidaturas que vão concorrer à diretoria da entidade, no biênio 2014-2016. Caberá, ainda, a este fórum, inserir as lutas docentes no contexto das manifestações que continuam neste ano de 2014, potencializado pela Copa do Mundo e, no segundo semestre, pelas eleições federais e estaduais.

A defesa da Educação Pública é o tema central do Andes-SN para este ano. A luta pela aplicação imediata dos 10% do PIB para a área aparece em vários Textos de Resolução (TRs) e terá um debate ainda mais aprofundado neste congresso. Também é preocupação dos professores e professoras que participarão de mais este evento nacional a luta pela desmercantilização da educação.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers) e o Fundo de Pensão para os servidores públicos (Funpresp) também estarão entre os principais tópicos a serem discutidos no congresso da categoria. Marinalva Oliveira, presidenta do Sindicato Nacional, aposta em uma mobilização mais intensa para 2014: "O ano de 2013 resultou em um acúmulo de forças muito grande dos movimentos sindicais e social, o que poderá redundar, neste ano, em uma mobilização intensa pelos direitos dos trabalhadores. Teremos um ano extremamente rico com possibilidades de grandes ações", prevê.

No Rio de Janeiro, um encontro vibrante



Em março do ano passado, o 32º Congresso do Andes-SN foi realizado no auditório Roxinho, do CCMN, na ilha do Fundão

Expectativa por 500 representantes

Anualmente, professores de todo o Brasil se reúnem para atualizar o plano de lutas da categoria e traçar ações para o período seguinte. Neste 33º Congresso, há a expectativa pela participação de 500 participantes. O

prazo de inscrições foi encerrado na sexta-feira 7 (no dia do fechamento desta edição). Em 2013, o ano marcado pelas manifestações de massa no país, coube ao Rio de Janeiro sediar, em março, o 32º Congresso do

Andes-SN. O encontro aconteceu na UFRJ e foi o segundo maior da história da instituição. Reuniu 356 delegados, 111 observadores, 35 diretores e três convidados. Estiveram representadas 71 seções sindicais.

33º CONGRESSO DO ANDES-SN

nia com o Brasil das ruas

tações que começa a envolver o país ocupará as discussões tantas da categoria a partir desta segunda-feira, 10 de fevereiro

Anfitriões: ato pelos direitos humanos

A Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma) será a anfitriã deste Congresso. De acordo com o presidente da entidade, professor Antônio Gonçalves, a base docente maranhense será fortalecida com a realização deste evento nacional: “Nossa grande expectativa é fortalecer os professores e nossa luta em âmbito local contra a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) e contra a Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), principalmente”.

Gonçalves acredita que 2014 será um ano de muitos desafios: “Nacionalmente, este congresso terá um peso muito grande, porque teremos Copa e eleições, então haverá muitos embates. O governo federal, infelizmente, já sinaliza que não negociará com o conjunto dos servidores públicos federais. Este será mais um dos vários desafios que teremos de enfrentar”, afirmou.

Uma São Luís em guerra

Manchete dos jornais por todo o país, São Luís nos últimos tempos tem se destacado pela vio-



Crise no sistema penitenciário maranhense repercutiu em todo o mundo

lência, que apavora a população. A cidade, sede deste Congresso, vive uma grave crise em seu sistema penitenciário e repercute nas ruas o resultado de meio século de um governo oligárquico, que saqueou por décadas os direitos da população: a família Sarney.

Antônio Gonçalves afirma que este controle é histórico:

“Mesmo antes dos Sarney, o Maranhão era controlado por outras oligarquias. É um estado muito rico, mas tem uma história muito extensa de dominação, de empobrecimento da classe trabalhadora”, afirmou.

A São Luís que receberá este 33º Congresso é muito diferente da que abrigou dois Conse-

lhos do Andes-SN (Conads), em 1995 e 2003. Está assustada com a violência que decorre da grave crise do sistema carcerário, mas, de acordo com Gonçalves, mais unida: “Essa crise, apesar dos danos, está fazendo diversos setores retomarem suas mobilizações. Os movimentos sociais e sindicais estão

mais engajados, travando lutas. Neste sentido, é positivo”.

Ato dia 13

Os professores reunidos neste encontro nacional realizarão um ato público no centro da cidade, em 13 de fevereiro. Entre outras reivindicações, eles querem a garantia dos direitos humanos.

Um saque que já dura 60 anos

Da Redação

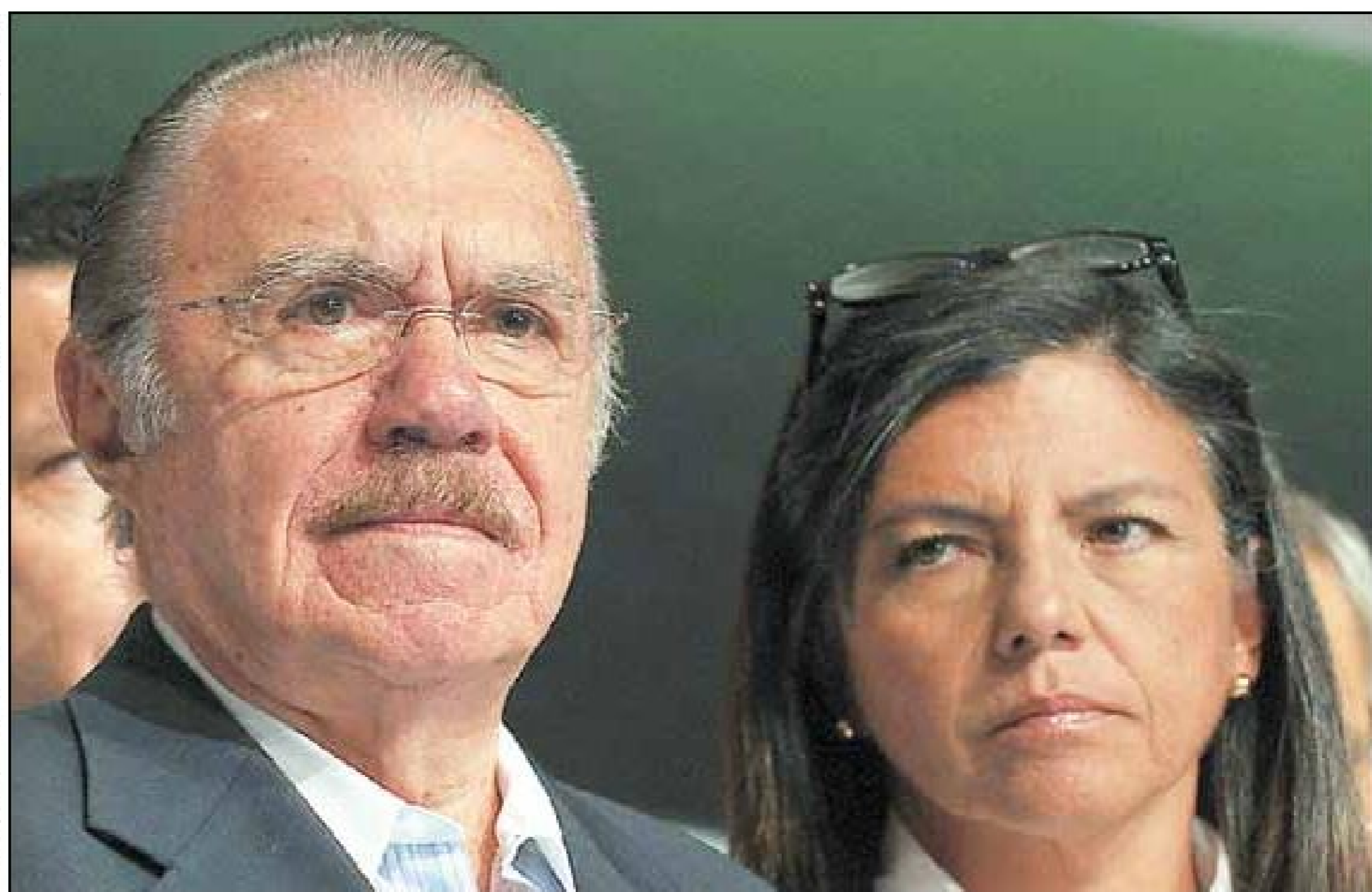
A família Sarney saqueia o estado do Maranhão há 60 anos. Gerações foram dizimadas pela miséria imposta pela oligarquia (sinônimo de poder e corrupção) no curso dessas décadas. O patriarca José Sarney assumiu o governo estadual em 1966, prometendo a redenção dos maranhenses. De lá pra cá, o estado bateu os recordes de pobreza num país de profunda desigualdade social. E Sarney, que serviu à ditadura, como se sabe, até hoje pontifica no poder fortalecido pelos aliados no Palácio do Planalto.

A segunda integrante mais importante do clã é a governadora Roseana Sarney. Trata-se de infame personagem capaz de causar repulsa aos estômagos mais

tolerantes – como se viu nas suas declarações no auge da crise do sistema penitenciário, cujas cenas de barbárie chocaram o mundo.

O clã dos Sarney é o núcleo dominante de um sistema de castas que gerou outras ramificações, como a família Lobão. Esta, digamos, subquadrilha, é formada pelo ministro das Minas e Energia, Edison Lobão. A mulher dele, Nice Lobão, é deputada federal conhecida por fraudar presenças no plenário para ganhar sem trabalhar.

O filho de Edison e Nice é o senador Edison Lobão Filho – assumiu como suplente do pai ministro. Na época em que Lobão, pai, governou o Maranhão, o filho era conhecido pela alcunha de “Edinho 30”. O número seria uma referência à propina cobrada a empresários que faziam negócio com o governo.



Clã Sarney (José e Roseana à frente) controla o Maranhão como quer há décadas

BATEPRONTO/ Legalização das drogas

ORLANDO ZACCONE/delegado da Polícia Civil

Questão das drogas deve sair do campo criminal

Divulgação/Cadê (Hempadao) - 17/01/2014

Darlan de Azevedo

Estagiário e Redação

O I Encontro Estadual Antiproibicionista, realizado no *campus* da Praia Vermelha da UFRJ, reuniu diversos especialistas para debater, de forma ampla, a questão da legalização das drogas no país, conforme já noticiado no **Jornal da Adufrj** anterior.

Um dos convidados para a mesa "Guerra às drogas, Direito Penal e Segurança Pública", o delegado Orlando Zaccone, da Polícia Civil, foi ouvido pela reportagem da Adufrj-SSind.

Ele ficou conhecido, quando, titular da 15ª DP (Gávea), rejeitou as investigações que o pedreiro Amarildo de Souza, morto em julho do ano passado, seria ligado ao tráfico de drogas da Rocinha.



Orlando Zaccone. Para o delegado, proibir o comércio de drogas fortalece o mercado de armas

O que muda para o narcotráfico num contexto de pós-legalização?

Ele sofre uma grande perda. O proibicionismo jogando todo o comércio de drogas para ilegalidade fortalece o mercado de armas e alimenta a disputa por territórios de venda dessas substâncias. Basta fazer um paralelo com a Lei Seca dos Estados Unidos das décadas de 20 e 30 e ver como que gangues e violência são produ-

tos não das drogas, mas sim da proibição delas.

Caso as drogas sejam legalizadas, o que deve ser feito para minimizar seus eventuais efeitos negativos?

Existem vários produtos industriais já legalizados. Eles possuem certa nocividade à saúde, porém são permitidos. Porque existem orientações para formas de uso e políticas para reduzir os danos. O que

deve ser feito é regulamentar a chegada de todas as substâncias desejadas pelo mercado e torná-las menos lesivas, seja por meio de campanhas ou políticas públicas que podem diminuir o consumo. Ninguém proibiu o tabaco. A regulamentação proibiu a propaganda dessa droga na televisão e o consumo caiu progressivamente. A solução é sair do campo criminal e ir para o campo das políticas públicas.

“Ninguém proibiu o tabaco. A regulamentação proibiu a propaganda dessa droga na televisão e o consumo caiu progressivamente

“O que deve ser feito é regulamentar a chegada de todas as substâncias desejadas pelo mercado e torná-las menos lesivas

■ I ENCONTRO ESTADUAL ANTIPROIBICIONISTA

Proibição causa mais danos clínicos e sociais

Descriminalização aproxima usuários e políticas de saúde

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufRJ.org.br

Quem também participou do I Encontro Estadual Antiproibicionista foi a professora Rita Cavalcante, da Escola de Serviço Social da UFRJ. Especialista em Saú-

de Mental pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), ela chama atenção para a experiência de Portugal: naquele país, desde 2001, foi iniciada uma política em que o porte de qualquer droga, antes ilícita, passou a ser tolerada para uso pessoal em quantidades permitidas por lei, mesmo a heroína. “Vem se observando que descriminalizar as pessoas que usam drogas para fins recreativos, religiosos e terapêuticos, mes-

mo as mais tóxicas, gera um efeito de aproximação desses sujeitos às políticas de saúde, se for necessário”, afirma.

Já a recomendação da proibição de certas drogas inaugurada com a Conferência de Haia, em 1911, no plano internacional, vem produzindo, ao contrário, maior dano clínico e/ou social àqueles que consomem diretamente essas substâncias. Para a professora, mais do que isso, tem exposto trabalhadores envolvidos na

produção e distribuição dessas mercadorias (as drogas ilícitas) a problemas permanentes com o Direito Penal e a uma completa invisibilidade de sua condição de trabalhador, passando todos a serem chamados de “traficantes”.

No caso dos problemas para a saúde causados pela interdição, ela cita: desconhecimento da composição das substâncias vendidas nos mercados ilícitos; relação dos homicídios da população jovem, negra e re-

sidente das periferias brasileiras com o chamado “tráfico de drogas”; dificuldades de acesso e de qualidade nos serviços da saúde pública frente ao preconceito e à discriminação com aqueles envolvidos com a produção, distribuição e consumo dessas substâncias; e produção das chamadas “campanhas de prevenção” com conteúdos alarmistas e inconsistentes.

■ Confira a íntegra da entrevista com a professora Rita Cavalcante em www.adufRJ.org.br.

CAMPANHA SALARIAL 2014

Orçamento prejudica servidores

Auditoria Cidadã da Dívida revela, em atividade política da Campanha Salarial Unificada de 2014, que, se não lutar, funcionalismo público sofrerá perda histórica

Palestra ocorreu no último dia 6

O Orçamento da União para 2014 revela a continuidade da política do Estado mínimo implantada no país desde a década de 1990. Essa foi uma das conclusões do Seminário sobre a Dívida Pública, realizado pela auditora fiscal e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, dia 6, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. As investigações da Auditoria mostram também que está prevista uma perda salarial histórica para os servidores públicos federais em 2014.

Uma das atividades do lançamento da Campanha Salarial Unificada de 2014 do funcionalismo, o seminário esclareceu a relação do sistema da dívida, ou seja, das dívidas externas e interna e do superávit primário, com as perdas salariais da categoria, com a retirada do Estado da prestação de serviços públicos e da privatização de direitos sociais, tais como a previdência, a saúde, a educação e a habitação.

O estudo da Lei Orçamentária deste ano, feito pela entidade, informa que está definida uma queda dos gastos com o pessoal em relação à receita corrente líquida: "O Anexo V da Lei Orçamentária, que inclui os aumentos de gastos com o pessoal, registra R\$ 15,4 bilhões, dos quais R\$ 12,5 bilhões cobrem os reajustes salariais e a alteração de estrutura de carreira, que já estavam previstos nos acordos de 2012. Esse recurso se refere exatamente ao reajuste de 5% que

os servidores federais estão recebendo e que não cobrem a inflação. Desse valor total, menos de R\$ 3 bilhões serão destinados a novos cargos, diante dos concursos previstos para este ano. Não há previsão para ganho salarial", assegura a coordenadora da Auditoria

Ela afirma que, se quiser reaver o valor real dos salários, o servidor público terá de desenvolver uma mobilização muito forte para mudar o cenário. "Além disso, para o Orçamento de 2014, R\$ 1 trilhão será destinado à dívida pública. O superávit primário anunciado é de 3,17% do Produto Interno Bruto (PIB), o salário mínimo de apenas R\$ 724 e uma inflação prevista de 5,8%. Isso significa que, se o reajuste vai ser 5%, há aí mais uma perda anunciada", demonstra Fattorelli.

Com base nos cálculos expostos, Maria Lucia afirma que, "diante desse cenário em que a dívida absorve a maior parte dos recursos, não sobra dinheiro nem para reajuste salarial, nem para investimento nos serviços públicos e nem para a estrutura de Estado. O resultado disso é que esse modelo econômico aponta para o aprofundamento do processo de privatização".

Política

O 2º secretário do Andes-SN, Paulo Rizzo, representou o Sindicato Nacional no seminário: "Este é o ano de trabalharmos na base a politização, conseguindo relacionar as reivindicações mais imediatas com os desafios políticos e esse é o momento para isso, pois estamos num ano de efervescência política", afirmou. (Fonte: Andes-SN, Edição: Adufrj-SSind)



No dia 5, em Brasília, servidores protestaram em frente ao Ministério do Planejamento

Governo responde até março sobre pauta dos SPF

Representantes do Planejamento com prometeram-se com este prazo no último dia 5

A pressão da mobilização dos servidores públicos federais levou o governo a receber uma comissão de representantes do Fórum dos SPF, no último dia 5, durante o ato de lançamento nacional da Campanha Unificada 2014, em frente ao Ministério do Planejamento, em Brasília (DF).

Dirigentes de dez entidades e das três centrais sindicais que compõem o Fórum se reuniram com o chefe de gabinete da Secretaria-Executiva do Planejamento, André Bucar, além do secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, e sua equipe técnica. Segundo o coordenador da CSP-Conlutas, Paulo Barela,

os dirigentes cobraram a abertura imediata de negociações em torno da pauta unificada dos servidores federais (veja quadro). Eles rechaçaram a argumentação do governo de que enfrenta dificuldades em atender ao pleito dos trabalhadores do serviço público.

Mendonça e Bucar se comprometeram em apresentar uma resposta oficial, até o início de março, à pauta dos SPF, protocolada em 24 de janeiro. Os representantes do Planejamento também buscarão articular uma reunião entre as entidades nacionais dos servidores e a ministra Miriam Belchior.

Ao final dos informes, Barela ressaltou a necessidade de intensificar o processo

de mobilização nos estados para pressionar o governo. "Já arrancamos do governo o compromisso de responder formalmente à nossa pauta", destacou. O dirigente ponderou ainda que não está descartada a possibilidade de construção de uma grande greve do funcionalismo público.

Mobilização

Centenas de servidores públicos federais, vindos de diversas partes do país, mostraram ao governo a disposição do movimento para os enfrentamentos previstos para este ano, que será marcado pela Copa do Mundo e pelas eleições. (Fonte: Andes-SN, Edição Adufrj-SSind)



Confira os eixos da Campanha Salarial Unificada

- Definição de data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada por PL's, MP's, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reajuste dos benefícios;
- Antecipação para 2014 da parcela de reajustes de 2015.

UFRJ

Bandejão fechado

Na volta às aulas, comunidade universitária não pode utilizar restaurante da Letras. A infraestrutura local foi afetada pelas chuvas de dezembro e não há previsão de reabertura

Refeições são redistribuídas para outras unidades

Guilherme Karakida
Estagiário e Redação

Devido às fortes chuvas de dezembro, a estrutura física e a rede elétrica do RU da Letras foram comprometidas. Com isso, o local estava fechado no início do período letivo (para a maioria dos cursos), no último dia 3. E pior: não há previsão de retorno do serviço. A professora Lúcia Andrade, diretora do Sistema de Alimentação da UFRJ, explica: "Como as equipes técnicas não se reuniram ainda, não é possível determinar um prazo de reabertura".

Apenas a primeira etapa da obra foi concluída: documentar tudo para construir o projeto que subsidiará a licitação. "O processo é longo, porque, para fazer a licitação, precisa ter projeto, três empresas de empresas que queiram entrar no certame. Infelizmente, não é algo rápido, mas a tramitação já foi iniciada", afirma.

De acordo com Lúcia, pelo menos, a situação servirá para resolver o antigo problema do calor, sobretudo no verão, do

RU da Letras: "O pedido de novos aparelhos de refrigeração já havia sido feito para a reitoria. No entanto, a parte elétrica inteira precisaria ser modificada para acomodar os aparelhos", diz. "Com a reforma, isso se tornará possível", completa.

Para não prejudicar os usuários, algumas medidas foram tomadas, como a ampliação do horário de funcionamento do RU do Centro de Tecnologia (CT) (de 10h30 às 14h30 e de 17h30 às 20h) e o aumento do número de lugares do RU Central (mais 130). Além disso, o RU da Central agora conta com

um ponto adicional de distribuição na lateral, o que proporciona maior agilidade ao atendimento. "A ideia é que os alunos da Letras e da Reitoria migrem para os outros RUs. Esperamos atender de 300 a 400 pessoas no CT e o restante no RU Central", conta a professora.

Filas maiores

Com a interdição do RU da Letras, agravou-se a demora no atendimento dos demais bandejões. A reportagem do **Jornal da Adufrj** entrou na fila do RU do CT no dia 5, no horário do almoço, e esperou cerca de quarenta cinco minutos até entrar no local.



A ideia é que os alunos da Letras e da Reitoria migrem para os outros RUs. Esperamos atender de 300 a 400 pessoas no CT e o restante no RU Central



Lúcia Andrade
Diretora do Sistema de Alimentação da UFRJ



Sem previsão. Enquanto aguarda reforma, público da Letras deve migrar para os restaurantes do CT e Central

Agenda

10 a 15 de fevereiro
33º Congresso do Andes-SN
São Luís (MA) – com o tema central "Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais".

10 a 14 de fevereiro
VI Congresso do MST
Brasília (DF) – com o tema "Lutar, Construir a Reforma Agrária Popular".

Adesão ao plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, de 21 de fevereiro a 18 de março e de 21 de março a 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufjrj.org.br.

Errata

■ O professor João Menezes, do Instituto de Ciências Biomédicas, entrevistado da edição anterior do **Jornal da Adufrj** sobre a legalização das drogas, elogiou a matéria, mas fez uma ressalva: "Na primeira página, na chamada da matéria, vem escrito que eu apoio a liberação. Isto não é verdade. Eu não apoio a liberação. Eu apoio a legalização e a regulamentação da maconha, tanto na produção como na distribuição, venda e consumo. De modo nenhum, isto equivale a liberar. Inclusive parte da legislação que defendo imporia uma série de restrições a este insumo. Restrições ao uso por menores de idade, locais específicos de distribuição, limites de consumo regulados, propaganda, e mais uma série de restrições que não equivale à liberação. Liberação é um termo pejorativo usado pelos proibicionistas para ridicularizar os que exigem alguma racionalidade na política de drogas".

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureiro: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Patemostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Maninho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha, Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

lúe net



Eduardo Coutinho.
Ele mudou a linguagem do documentário no Brasil

Muito além do cinema

O filme mais conhecido de **Eduardo Coutinho** é "Cabra Marcado para morrer" – considerado sua obra-prima. Trata-se de um documentário que registra a repressão às ligas camponesas, o movimento político de trabalhadores do campo nos anos pré-ditadura. Mas, curiosamente, o cineasta – morto em condições trágicas no domingo, 2 de fevereiro – rejeitava o papel político transformador da arte.

A síntese mais completa do que significou a obra de Coutinho como narrativa da dramática tensão social no Brasil foi oferecida pelo texto de pesar divulgado pela coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

"Desde sua juventude, Coutinho não se contentou em ser apenas um cineasta. Sensi-

vel aos problemas sociais do nosso país, uniu a arte com a militância, participando do intenso processo de organização dos CPCs da UNE e de suas caravanas pelo país.

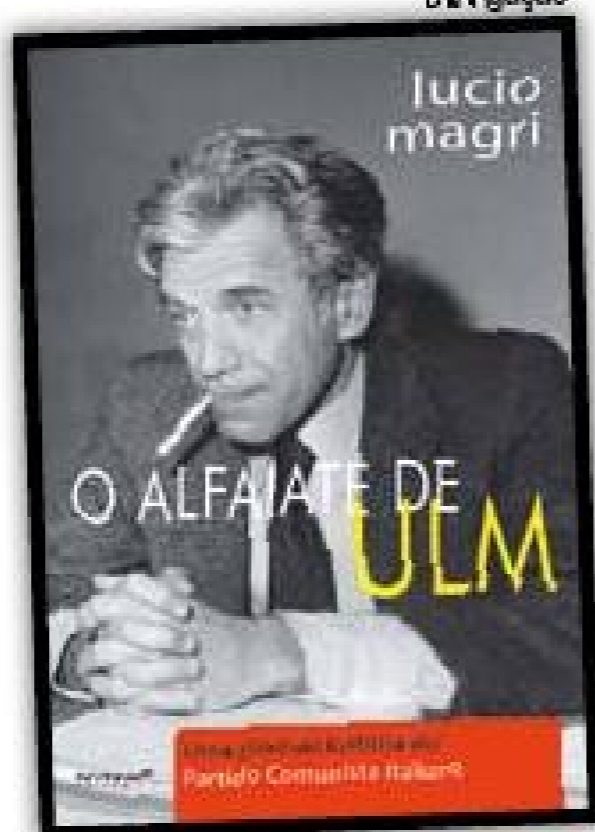
O preço pago pelo militante está registrado na obra-prima 'Cabra marcado para morrer', interrompido pelo golpe militar de 1964.

Para nós, camponeses, 'Cabra Marcado' representa um dos poucos documentos históricos de registro da repressão sofrida pelos trabalhadores rurais e as cicatrizes que o autoritarismo e a violência produziram em cada ser humano que ousou lutar por uma sociedade mais justa.

Seu legado para o cinema brasileiro e para a história do nosso país é indescritível."

A crise do PCI

A Boitempo está lançando *O alfaiate de Ulm: uma possível história do Partido Comunista Italiano*, do jornalista e ex-dirigente do extinto Partido Comunista Italiano, o PCI, **Lucio Magri**. O livro resulta em uma original interpretação histórica daquele que já foi o maior partido comunista do Ocidente. Militante e um de seus principais teóricos, reverenciado por pensadores como o historiador inglês Perry Anderson, Lucio Magri registra sua experiência política e intelectual e reflete sobre a ascensão e queda da esquerda no continente europeu. O PCI chegou a ter dois milhões de filiados e sua autodissolução, em 1991, no turbilhão da crise do socialismo real no Leste Europeu, marcou o início da queda da esquerda na Europa e, especialmente na Itália. Mais de um milhão de militantes, sem o PCI, foram para as suas casas, desencantados com a militância, e a política deixou de ser uma atividade social. Passou a



Título: **O alfaiate de Ulm – uma possível história do Partido Comunista Italiano**
Título original: **Il sarto di Ulm – una possibile storia del PCI**
Autor: **Lucio Magri**
Tradução: **Silvia de Bernardinis**
Preço: **R\$ 65,00**
Editora: **Boitempo**

ser conduzida por "profissionais", institucionalizada, a ser exercida em conselhos e no parlamento. À população, restou o papel de eleger candidatos nos períodos eleitorais.



Henrique Paim e Mercadante na semana passada em cerimônia de posse, no MEC

Ministro submisso

Quem quiser medir a estatura para o cargo do novo ministro da Educação, **Henrique Paim**, é só assistir ao seu pronunciamento de posse em <http://www.youtube.com/watch?v=mOBoMoJ9VxA>.

Em discurso de pouco mais de 10 minutos,

Paim realiza a ruínoza combinação de platitudes com a submissão ao seu antecessor – Aloizio Mercadante, o *Zelig* do PT.

À Dilma, Paim dispensa nada menos do que devoção.

Paim é a cara da mediocridade no MEC.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



ENTREVISTA/Crise no Brasil

DENISE GENTIL/professora do Instituto de Economia da UFRJ

Governo não deve agradar ao mercado

Elisa Monteiro - 05/02/2014



A recente escalada da taxa Selic ressuscitou o debate sobre a manutenção ou abandono de um projeto desenvolvimentista pela gestão Dilma Rousseff. Em entrevista ao *Jornal da Adufrj*, a professora Denise Gentil, do Instituto de Economia da UFRJ, entende que o governo, em vez de agradar ao mercado, deveria forçar gastos em investimentos para políticas sociais e para setores estratégicos como infraestrutura, Educação e Ciência e Tecnologia.

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Assistimos a um recrudescimento de políticas econômicas mais monetaristas e ortodoxas?

A política econômica endureceu em 2013, seguramente. O Brasil vinha experimentando uma redução na taxa de juros, mas a partir deste ano começou subir tudo ao que era antes. Estávamos com taxa de juros de 7,5%. Hoje, é de 10,5%.

O EUA estão fazendo uma política monetária menos folgada, aumentando os juros. E, quando eles fazem esse movimento, atraem capital do mundo todo na direção da economia americana. Há uma fuga de capitais principalmente entre os países em desenvolvimento. Os títulos públicos americanos são os ativos mais estáveis e poderosos em todos os indicadores do mundo. Valem como uma moeda. Em um momento de crise internacional, eles são um porto seguro.

José Cinza/AB1 - 30/01/2010



Redução do IPI não provoca impactos tão satisfatórios sobre a economia, segundo Denise Gentil

Não existe mudança de estratégia econômica?

Na verdade, a política econômica e fiscal é a mesma herdada do FHC. O Lula não mudou, a Dilma não mudou. Há períodos mais duros, outros menos duros. Mas sempre foi mantido o regime de metas da inflação, de superávit primário alto e de câmbio flutuante.

Não bastasse um cenário externo mais complicado, o governo Dilma se mostra mais ortodoxo no campo fiscal e

monetário. Ele opta, por exemplo, muito mais pela desoneração tributária, e menos pelo aumento do gasto. A desoneração (tal como a feita sobre o IPI, a folha de pagamentos ou os bens da cesta básica) tem impactos favoráveis, mas muito menos intensos do que os gastos públicos na dinamização da economia.

O superávit primário alto, mesmo em um momento de agravamento da crise mundial, é outro indicador. Nosso

último, em 2013, foi 1,9% do PIB, o que equivale a R\$ 91 bilhões. Além disso, esta subida potente da taxa de juros. O que percebemos é que está se juntando um cenário externo desfavorável com medidas de políticas econômicas domésticas mais severas. Ou seja, tudo para desacelerar a economia.

Para responder a uma agenda do mercado, o governo perde o controle do timão, deixando a economia em uma situação de maior volatilidade.

Quando, na realidade, o movimento do governo deveria ser o oposto: forçar gastos em investimentos para políticas sociais e para setores estratégicos da economia como infraestrutura, Educação, Ciência e Tecnologia.

Há alternativas para conter a inflação?

O problema da meta de inflação é seu custo social: você provoca uma desaceleração em toda a economia para que as pessoas comprem menos, os empresários invistam menos. É como usar uma bucha de canhão para matar cupim em porão: derruba a casa inteira.

Quando você tem uma dinâmica inflacionária alimentada por desvalorização cambial, como é o caso de agora, juros altos não são apropriados. O mais aconselhável são políticas tributárias que compensem o custo do dólar valorizado (compensatórias), o uso de reservas cambiais para provocar redução da cotação da moeda estrangeira, a redução das importações, acompanhada de uma política industrial de substituição de importações.

Esses três elementos pressionam o dólar, mas o governo prefere responder ao problema com uma única medida: aumento de juros. É um samba de uma nota só, a política (de juros altos) do governo.

Quais as perspectivas para os serviços e os servidores públicos nesse quadro?

Penso que a economia não está tão mal quanto a direita supõe no horário nobre da Rede Globo, mas também não estamos em um momento politicamente propício às negociações salariais e a uma virada na qualidade dos serviços públicos. O perfil da equipe econômica de hoje não é favorável a aumento de gasto nas várias áreas carentes.

Avalio que as reservas para investimentos que houver se destinarão agora ao necessário para Copa do Mundo e Olimpíadas. Isso sim, a Dilma deve cumprir direitinho. Mas as urgências das necessidades da população devem ficar em segundo plano.

Entendendo o economês

Denise simplifica o tripé da política econômica:

Regime de metas de inflação

O governo estabelece uma meta para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dentro de uma banda que varia entre 2,5 e 6,5%. E a política econômica deve fazer com que a inflação se situe nesse intervalo. A taxa de juros é utilizada como principal instrumento para atingir essa meta, a chamada Selic. Se a inflação sobe, a Selic sobe.

Superávit primário

O superávit primário corresponde às receitas primárias do governo que excedem seus gastos primários. A contradição, apontada por Gentil, é que, ao gastar menos do que arrecada, o governo diminui o dinamismo da economia: "Quando a carga tributária se mostra superior ao gasto do governo, é porque você está retirando renda disponível das famílias e das empresas sem devolver em serviços públicos. Se tivesse investindo em mais escolas, hospitais, ruas pavimentadas, áreas de lazer públicas e transporte coletivo, não tinha superávit".

Câmbio flutuante

Não existe patamar fixado pelo governo, e sim uma flutuação determinada pelo mercado (demanda e oferta de divisas). No caso brasileiro, é chamada de "flutuação suja", pois o governo deixa o câmbio oscilar em torno de um patamar que considera saudável para economia e intervém caso avalie ser necessário. Atualmente, o patamar ficou difícil de situar em função da recente saída de capitais de volta aos EUA.

■ No site da Adufrj-SSind, Denise Gentil explica as diferenças entre as políticas econômicas dos governos Lula e Dilma.